

EDUCAÇÃO E GÊNERO NO INTERIOR DE MINAS GERAIS
Formação de Professoras e Rupturas nas Relações Tradicionais de Domínio

Dra. Betânia Oliveira Laterza Ribeiro*
Dr. Sauloéber Társo de Souza
Universidade Federal de Uberlândia
Dra. Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina
sauleber@pontal.ufu.br

RESUMO:

Nesta pesquisa, partimos da relação entre educação e gênero para estudo do perfil de alunas de um curso noturno de Pedagogia, no Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (UEMG). Utilizamos entrevistas baseadas em trajetórias de vidas para compreender o processo de mudança do papel social de mulheres sujeitas às relações sociais tradicionais em seu cotidiano doméstico, e o desafio de fazer a transposição para outro tipo de vivência pautada no racional-legal. Em suas falas, percebemos grande esforço para se situarem nesse novo papel junto à esfera pública, gerando alterações em suas relações no âmbito privado. Para algumas este movimento representou o reforço do ciclo vicioso doméstico de submissão; para outras, a experiência universitária possibilitou a entrada em um círculo virtuoso, enfrentando a mais antiga das relações tradicionais de domínio, a relação de gênero. Ficou evidente o vínculo entre gênero e formação de professoras, já que o processo de profissionalização (cursar Pedagogia) contribuiu para novo dimensionamento das suas perspectivas cotidianas. Em muitos casos, a percepção da condição tradicional de domínio era experimentada como natural, passando a ser percebida como algo avassalador e entendida como relação de poder e coerção física.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Pedagogia, Domínio/Poder.

EDUCATION AND GENDER IN THE INTERIOR OF MINAS GERAIS
Teachers Formation and Ruptures in the Traditional Relations of Domain

ABSTRACT:

In this research, we used the relation between education and gender to study the profile of pupils from a nocturnal course of Pedagogy, in the Superior Institute of Education and Research of Ituiutaba (UEMG). We make interviews supported on lives trajectories to understand the change of the social paper of women submit by the traditional social relations in its daily domestic servant, and the possibility to do the transposition for another type of experience based on the rational-legal one. By the interviews we note great effort to be placed in this new paper at the public sphere, causing alterations in its relations in the private sphere. For some of them this process represente the reinforcement of the domestic vicious cycle of submission; for others, the university experience made possible the entrance in the virtuous circle, facing oldest of the traditional relations of domain, the gender relation. It was evident the bond between gender and teachers formation, since the professionalization process (to course Pedagogy) contributed for new sizing of its daily perspectives. In many cases, the perception of the traditional condition of domain was tried as natural, passing to be perceived as something overwhelming and to be understood as relation of power and physical coercion.

Key-words: Education, Gender, Pedagogy, Domain/Power.

Introdução

“Sabe como me sinto pegando o meu diploma? Me sinto entregando um convite para o meu aniversário, para uma nova idade que adquiri, para uma nova possibilidade [...] e o meu nome está lá na placa, pregado, como se eu fosse alguém, é, como assim fosse lembrado: essa aí não é ninguém sem valor, é uma pedagoga, e eu estive lá, meu nome está escrito na placa para sempre.” (aluna A) “Então, eu estava do lado da porta e pedi para ele abrir. Ele falou que não ia abrir e deu três tiros. [...] Então eu sinto assim, uma vitoriosa, e muito forte, por eu ter vencido tudo e estar concluindo o curso de Pedagogia, hoje, por exemplo, ele não... ele não faz de jeito nenhum o que o que ele fez antes comigo”. (aluna B)

O deslizamento de relações e ações sociais caracterizadas como tradicionais para a forma de relações e ações sociais racionais-legais é uma das marcas do mundo secular no ocidente. Este processo ganha nítidos contornos analíticos e de práticas reivindicativas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Na questão de relação de gênero não foi diferente, alguns exemplos disso foi a organização das sufragistas e a subversão dos rituais universitários na Europa por parte de algumas mulheres.

Entretanto, o processo pode ser considerado descontínuo quando se tem em pauta a questão de relação de gênero. Trabalhar com o conceito gênero implica na adoção de alguns pressupostos. Nos termos metodológicos localiza-se um deles, isto é, demanda-se a percepção do binômio implícito na unidade e a recorrência estabelecida na relação de seres construídos socialmente como homem e mulher. O outro pressuposto é a constatação do quão é bem urdida a teia da socialização, tanto primária quanto secundária, indicada para mulheres onde a sociedade tem como referência o denominado patriarcado.

No dito Ocidente moderno mesmo com o domínio/poder racional-legal dando o tom em algumas instâncias do social, um núcleo parece estar impermeável e ainda adentra no século XXI com características do tradicional, a relação de gênero. Neste núcleo em diversificados lugares/espacos o domínio/poder tradicional permanece; mas os processos sociais, se na aparência mostram-se lineares, em alguns relatos demonstra-se serem multifacetados. Depende de quem relata e de como é recortado o relato. Historicamente, a interdição da cultura letrada para uma grande parcela das mulheres, em qualquer parte do planeta onde o nome do pai é mais poderoso, é significativa deste fato. Existem estratégias e táticas de resistência frente à coerção física direta imposta às mulheres que representam avanços na alteração dessa relação de gênero. É difícil desatar o nó, mas as experiências enunciadas pelas entrevistadas neste trabalho demonstram a existência de possibilidades de mudanças.

Constituição e bifurcação para um estado nascente:

São doze mulheres. Casadas. Duas com Cristo. Comuns, como sabem ser mulheres e homens nas suas ações e relações sociais fundadas na produção da vida material, social e afetiva. Isto para quem não quer respostas, pois não vê problemas.

Estas mulheres, entretanto, depararam-se com questões existenciais. Bateram em um muro. Invisível. Falo, *phalus*. Demarcação essencialista. Biológica. Falocracia. Transcende classes, territórios, tempos históricos. Invisível sim, até o deslizamento do desejo. A paixão/prazer de embrenhar-se pelo mundo fascinante da aventura aprofundada do conhecimento da cultura letrada. Vulneráveis pelos condicionamentos do contexto de suas respectivas socializações. Trazem, no enunciar de suas falas, reverberações para todos nós mulheres e homens.

Nasceram entre 1946-1976, no interior do Brasil. Delimitação cronológica e espacial, mas também histórica. Não foi durante a segunda grande guerra que as mulheres nos Estados Unidos, primordialmente, foram trabalhar maciçamente nas indústrias? O retorno forçado para a vida doméstica, no fim da guerra, gerou uma semente que germinaria nas décadas de 60 e 70¹. O novo movimento feminista, junto com outros movimentos de contracultura (ecológico, estudantil, etc.), pulula, gritos histéricos. E por que não? Afinal, tantos anos-séculos estiveram submersos no continente obscuro do subjetivo, apenas esparsamente manifestando-se aqui, acolá através de algumas, hoje nomeadas, heroínas. De quando em quando se manifestavam eles, os gritos histéricos, no corpo. A doença dos nervos. Diagnosticada por médicos, em geral, homens detentores da racionalidade e por excelência também os que se pronunciaram no espaço público sobre nossas doenças específicas.

Gritos histéricos de pequenas-burguesas clamavam os homens de esquerda. A organização sindical deve priorizar a transformação das condições da vida material. Sim, foi grito histórico de pequenas-burguesas, e daí? Textos sagrados também podem ser reinterpretados e redefinidos. E, por acaso, a mulher proletária também não tem outras faces? Não tem afetos?

Uma dúzia de mulheres. Quantificação. Parca? Parca para a esfera do mercado. Vá lá quantificar desejo, dor, prazer? Certeza. Todas frequentaram o curso de Pedagogia, em período noturno, em uma cidade de médio porte de Minas Gerais². Trazem na concretização de suas memórias, através da escrita, o universal e o particular. Particular pelas especificidades estruturo-históricas deste “gigante por natureza”. Seja na apropriação da terra, seja pela etnia (o europeu ibérico, o africano e o nativo), seja pelo acesso à educação, saúde. No universal, trazem suas memórias, as angústias de quem nasceu para reproduzir e por isto são marcadas por múltiplos estigmas na diversidade cultural de Gaia.

Gaia, Terra, Índia, Europa, América, África. No português – uma das primeiras línguas da modernidade – um determinante: feminino, porquanto, exploradas.

Anunciam estas mulheres, numa profusão babélica, culturas diversas, estratos sociais diversos, trajetórias de vidas individualizadas, mas com uma convergência: pobreza/riqueza de ter nascido mulher. Comum. E comum de dois. Pois é a partir da identidade de um outro pólo que se forja a ferro e fogo os estigmas desta pobreza, não é só no estômago a marca, é por todo corpo, por toda a mente, pela consciência. A partir destes estigmas constitui-se um imaginário simbólico e rico, denso nas suas significações. Ricos, não necessariamente felizes. Lugar comum. Sim, lugar comum, mas viva-se com ele, quem não for mulher.

Quantas e quantas, em suas práticas cotidianas, reiteram os estigmas e que pelo princípio de realidade acham estar revolvendo estruturas tradicionais? Quantas e quantas podem exclamar não tenho mais nada com estas histórias lacrimosas, já as ultrapassei? E, estas mulheres estão a repetir o padrão social do binômio criado socialmente antagônico homem/mulher?

A detenção de um “próprio” é atributo do dominador. Este “próprio” configura-se como um espaço (lugar praticado) onde ações e relações sociais desenvolvem-se, tanto em formas simétricas como assimétricas. Em vários tempos e espaços históricos diversos “naturalizou-se” que a relação de gênero seria dominada pelo homem. Para a mulher o papel nesta relação seria a de protegida, dominada. Uma das justificativas para essa “proteção” seria biológica, a reprodução. Um grupo social sobrevive com várias mulheres e um só homem, mas o contrário não é factível. Por isso, as mulheres não podiam ir para a linha de frente de uma guerra, por exemplo.

Este motivo foi um dos eixos no decorrer do processo histórico de elaboração de refinadas “teorias” para reiterar o papel de submissão das mulheres na relação homem/mulher. Deuses de várias culturas concorrem, através de vozes dos homens, para enunciar os pressupostos bem entretecidos, com nós apertados, aparentemente impossíveis de desatar. Talvez um dos deuses mais bem sucedidos na tarefa justificadora tenha sido o Deus das duas religiões monoteístas do denominado, Ocidente.

Deixar falar, dar voz ao “objeto” de pesquisa. Torná-lo sujeito/sujeita (?) denunciando seu sujeitamento foi a proposta desta pesquisa.

Tanto os pesquisadores, como as pesquisadas tiveram um tempo privilegiado para pensar suas respectivas práticas pedagógicas. Os pesquisadores enquanto formadores de professoras e as pesquisadas enquanto formandas. Um tempo que lembra o pensamento grego. Os estoicos nominavam o tempo através de três termos: o *Chronos*, o *Kairós* e o *Aion*. O *Chronos* seria o nosso tempo métrico, o *Aion* o tempo do presente enquanto tal, e o *Kairós* um instante privilegiado, um tempo não quantificável, os três “tempos” são concretizados na relação estabelecida entre a entrevistadora e as entrevistadas. Onde toda a passagem pela faculdade é vivida não só, o histórico de vida interpenetra a fala da futura pedagoga. Presente – tempo da entrevista; passado e futuro interconectam-se possibilitando quase uma catarse. Afetos não consentidos no período de formação aparecem. A vida doméstica com sua estatura e influências é denunciada. O choro, controlado em sala de aula, é facilmente solto: “[...] mas eu penso. Eu penso muito nisso também, né. Por que até que ponto eu me descuidei? Porque antes eu era obediente [...] Mas aí você aprende a brigar. E essa briga que é o deseducar.” Este “deseducar-se” pode-se nominar como um “estado nascente”:

Ao nível individual, o estado nascente é uma experiência extraordinária que interrompe o enredo da vida cotidiana, dando-lhe um novo rumo [...] O estado nascente é uma experiência cognosciva. É conhecer, ver, descobrir aquilo que estava oculto, uma revelação daquilo que já existia. Também é, porém, uma experiência emocional extraordinária, entusiasmante, fascinante e perturbadora. (ALBERONI, 1991, p.13)

Portanto ocorre uma “nova perspectiva de realidade” (*Idem*, p.13), implicando uma mudança nas ações e relações sociais. Para as entrevistadas o novo texto dado pela experiência, paulatina, no decorrer do curso de Pedagogia, significou, na maioria das vezes, relações sociais conflituosas no contexto do doméstico; onde estão envolvidos pais,

maridos, filhos, sogras, mães, em suma os participantes da teia do patriarcalismo. Exceções com as irmãs de caridade e uma que o marido exclamava: “você mudou!” e, com sua ação de freqüentar o curso de Pedagogia incentivava também os filhos rumo a um curso universitário. Uma. Para as demais, o conflito foi constante em seus cotidianos de estudantes universitárias.

A teia de relações sociais da maioria destas mulheres confundia: “a diferença entre os sexos” como uma realidade e os papéis sociais e respectivas funções – como “predestinação” (BADINTER, 2005, p. 171). Quando as entrevistadas começaram com suas novas práticas e instauração de um novo cotidiano, causaram “perturbação” e muitos homens (maridos e filhos) viam a “razão da queda” de seus respectivos “impérios” (*Idem*, pp. 171-2) e muitos fizeram suas mulheres pagarem por isto.

A pesquisa, entretanto, não pode estabelecer referências para as novas identidades destas entrevistadas com o novo papel social atribuído a elas pelo final do curso de Pedagogia. Pode-se afirmar sim, que estas mulheres iniciaram uma nova escuta de vozes de seus cotidianos e provocaram emergências de defesa do que era dado como naturalizado, estabelecido, portanto seria imutável.

Paradoxal é a escolha de duas das entrevistadas. O patriarcado, para continuar subjugando, as proíbe do estudo. Estratégia do dominador. Elas resolvem dedicarem-se a Cristo para continuar a estudar. Tática da dominada. Um paradoxo – aparente, dado o discurso das entrevistadas recebido nos estudos – pois junto com a família e o Estado, a Igreja Católica vinculada a Roma, estas três cristalizações institucionais foram responsáveis pela reprodução do domínio/poder da construção social, feita no Ocidente, do masculino:

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina; é na família que se impõe a experiência ‘precoce’ da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (BOURDIEU, 1999, p.103).

Por outro lado, segundo, também Bourdieu (*Idem*, p. 103) é à Igreja que cabe a construção da mulher como “responsável” pela degradação moral e que deve sofrer, pois, merecedora e expiadora “de todos os pecados do mundo”. Para além a Igreja, com um anti-feminismo profundo ela “inculca” ou “inculcava” “uma moral familiarista completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inferioridade das mulheres (*Idem*, p.103).

Para Bourdieu (*Idem*, pp. 104 e 105) a Escola mesmo laica e pública “reproduz os pressupostos da representação patriarcal” mas, na Escola ocorre uma outra faceta que é o de “ao mesmo tempo” um lugar/espaço “mais decisivos da mudança nas relações entre sexos”. Ao permitir paulatinamente as mulheres adentrarem em salas de aulas provoca um processo de desmistificação da naturalização do domínio/poder masculino. Somente, ao adentrarem em um curso superior nossos entrevistados foram “tocadas” por esta contradição da escola, em pleno século XX.

Nas mulheres entrevistadas para as pesquisas ocorreu um “estado nascente”, como referido acima. Elas lutaram, algumas literalmente, contra um processo de “obediência” inculcado pelas socializações das suas redes de relações sociais. Conforme Weber (1999, p.140):

‘Obediência’ significa, para nós, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se este tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal.

Extratos das entrevistas indicam de como estas mulheres vivenciaram o que Alberoni (1991) chamou de “estado nascente”, abaixo reproduzimos algumas falas comprobatórias, elas, as falas, são multifacetadas, pois, também deixam entrever o sofrimento no corpo biológico/socializado para dar passagem ao “estado nascente”.

“[...] ali, depois de velha a gente se sente importante! Nossa [...] essa mulher tem faculdade.” “Durante três anos dificilmente foi a noite que eu [não] levantei para vomitar [...] queria fazer bem feito [...] mas não conseguia falar. Agora hoje, eu já falo [...] eu tenho um pouquinho mais de argumento.” “[...] eu não sei nem como agir dentro da pizzaria, eu não sei como, às vezes, a maneira de comer, de sentar, às vezes eu fico assim perdida, pensando: meu Deus do Céu, mas parece que este ambiente aqui não é para mim.” “[...] mas eu penso. Eu penso muito nisso também, né. Por que até que ponto eu me desdenhei? Por que antes eu era obediente...” “É o medo [...] de conhecer mais [...] porque o pouco que já conheço, já interfere”. “[...] mas a gente fica sem educação quando agente conhece, quando tem direito ou não tem [...] mas aí você aprende a brigar. E essa briga que é o deseducar.” “Porcaria, que droga, viver enfrentando a vida toda?” “[...] A Faculdade era também [...] era uma terapia para mim...” “[...] Aí é muita pergunta é muita coisa para a gente... pensar.” “Eu já vi que eu casei foi com uma mulher pirada. E pensei e falei: quando eu casei foi só para ter filhos? Não é possível!” “[...] Eu tive que viver para depois aprender, né.” Um marido para a esposa: “[...] Faculdade é um lugar de putaria disfarçada.” “Eu pensei: mas não pode. É uma segunda pessoa que está me falando para largar a Faculdade. Não posso, tenho que continuar.”

A trajetória de vida e luta destas mulheres entrevistadas, durante o curso de Pedagogia, reitera a questão que Mayer (1982, p.22) denominou: “las marginadas de la marginación isto é, elas constituíam um “gueto” na “desigualdad que parece oponerse y imponerse a todas las exigencias de igualdad” (Idem, p. 20) entre os homens. Segundo o mesmo autor citando Simone de Beauvoir (p. 39): “Las épocas mas favorables a la mujer no fueron la cortés Edad Media en el siglo XIX, sino el siglo XVIII, en que los hombres consideraban a las mujeres como sus iguales.”

Na medida em que a Ilustração, no século XVIII, propunha uma emancipação, direcionada para a igualdade em geral conseqüentemente também propiciava uma igualdade da mulher.

Chartier (in: LACERDA, 2003, pp.18-24) destaca como a transgressão do “monopólio dos homens sobre a escrita” por parte das mulheres dar-se-á entre uma tensão sempre presente entre coerções e “liberdades tuteladas”, pois a escrita foi e é considerada um instrumento de poder e emancipação. Censurar a escrita à mulher é censurar a memória do domínio/poder exercido pelo homem³.

Portanto, mesmo que o século XVIII tenha entreaberto a possibilidade de emancipação direcionada para a igualdade, esta emancipação foi mais construída nos termos de uma referência do que uma prática e muito mais pronunciada, a prática, para as mulheres.

No Brasil temos dois exemplos de mulheres que conseguiram romper a barreira do monopólio da cultura escrita pelos homens, uma, nasceu no século XVIII e morreu no século XIX (1830) e outra, nasceu no século XIX e morreu em 1921, dado os papéis que exerceram eram para serem consideradas “hours concours”, mas... Oliveira Lima e Arthur Renato da Rocha, ambos citados por Azevedo (2003, p. 13), assim se referiram a uma delas:

Oliveira Lima destaca os traços varonis da mulher que ousou pensar a política e tentou praticá-la:

A simples menção d'este nome traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas. Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de D. João VI. A razão está em que Dona Carlota Joaquina nunca resignou a ser aquilo para que nascera – uma princesa consorte. Sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei [...] Os traços varonis e grosseiros do seu rosto, o seu gênero de preocupações, o seu próprio impudor, denotam que Dona Carlota Joaquina havia apenas de feminino o invólucro. A alma poderia chamar-se masculina, não tanto pelo desejo imoderado de poder e pelo cinismo, quanto pela pertinácia em ao alcançar seus fins pela dureza [...].

Arthur Renato da Rocha releva o que a Igreja lhe ensinou sobre as mulheres e seus pecados:

D. João iniciou a Vita nuova da colônia, abrindo-lhe os portos ao comércio estrangeiro e tornando possível o desenvolvimento e a prosperidade da pátria, muito embora, concomitantemente, andassem pelos desvãos do paço real a perfídia, a ambição e a luxúria ninfomaníaca de D. Carlota Joaquina, a tecer, misto incongruente de Penélope e Messalina, a rede de intrigas, na ânsia incontida e insaciável de ser um dia rainha soberana do Vice-Reino Independente de Buenos Aires.

Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança foi além, tentou impedir o casamento de sua filha mais velha, D. Maria Theresa, pois segundo ela, o infante D. Pedro, seu irmão “[...] é um príncipe ignorante, malcriado, sem conhecimento de nenhuma espécie, de um coração que segundo entendo, não reina a benevolência e é inimigo dos espanhóis [...]” escreveu em uma de suas cartas (AZEVEDO, 2003, p.257). A opinião de Carlota Joaquina coincide com o Conselho de Regência da Espanha (Idem, p. 257) mas apesar da oposição, Carlota Joaquina será mais uma vez derrotada, segundo carta enviada ao vice-rei em Buenos Aires: “a Princesa só foi informada do casamento faz oito dias, se opõe S.A. com todo o vigor do caráter a que sacrifique sua bela filha deste modo, porém sua oposição será inútil...” (Idem, p. 257).

Carlota Joaquina foi uma mulher que fez pauta no Brasil, pois, insubordinada foi. Já Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, mais conhecida como Princesa Isabel, dificilmente é associada como bisneta de Carlota Joaquina, como

sua bisavó foi uma mulher embebida de cultura letrada mesmo após o seu casamento, quem determinava suas leituras diletantes eram os homens (antes do casamento era seu pai D. Pedro II, que continuou com a prática mesmo após as bodas da filha) assim fez, também, seu marido, o conde d'Eu. Escrevendo do Paraguai em Julho de 1869, ele indica:

Estou contente por saber que acabaste de ler Mme. De Motteville; tu também deves estar satisfeita porque, graças à perseverança, obtiveste esse resultado. Agora, minha querida, eu te permito ler o que mais te distraia. Só peço que consultes teu pai antes de iniciar um livro para que não te ponhas a ler romances indesejáveis ou qualquer outra coisa que te encha a cabeça de inutilidades. (Citado por: BARMAN, 2005, p. 151).

Porém, ao contrário da bisavó, Isabel submeteu-se aos ditames dos homens de sua vida, após o destino ser traçado com a morte de seus irmãos homens. Mesmo sendo no decorrer do Século XIX, uma das 09 mulheres que “ocuparam o cargo de regente ou monarca em seus países no século XIX” (Idem, p. 12). Isabel teve o domínio/poder do Império Brasileiro por alguns períodos, mas suas submissão foi total tanto ao pai, quanto ao marido.

Carlota Joaquina foi perversa (pelos valores vigentes de sua época) na esfera do doméstico e tentou ser agente na esfera pública. Morreu encarcerada pelo marido. Dona Isabel Cristina não soube, não quis, não pode – pelo imaginário e simbólico bem urdido de sua socialização – ser agente na vida pública embora detivesse poder (Idem, p. 17) Ao contrário de sua bisavó. Limitou-se em termos de gênero ter a existência de uma mulher, nos ditames dos moldes e, por conseguinte, nos moldes do domínio/poder tradicional, onde o patriarcado dava o tom.

Estas duas mulheres podem-se considerar exceções referências no Brasil do período, por terem adentrado no mundo da escrita. Graham (2005, p.133) salienta que “mais do que raça, condição ou classe, o gênero determinava as chances de uma pessoa aprender a ler e a escrever”. Muito mais do que a desigualdade econômica, o gênero determinava quem poderia adentrar na cultura escrita no país. Graham (2005, p. 133), ao trabalhar um estudo de caso nota que uma mulher brasileira, paulista, de elite dita seu testamento. Ela nasceu no século XVIII e morreu no Século XIX. Um de seus escravos podia ler, ela não.

O mesmo sucedeu à sua irmã que morreu solteira e teve um filho nesta condição. O filho foi assumido pela família, mas para as duas irmãs a leitura e a escrita estiveram interditada, segundo Graham (2005, p. 228). Entretanto, Graham (Idem, p.228) constata com uma certa surpresa que:

Os direitos, protegidos pelo direito português desde a idade Média e reafirmados no Código filipino de 1603, parecem extraordinários quando postos ao lado dos direitos das mulheres inglesas. As mulheres brasileiras não apenas herdavam de seus pais em pé de igualdade com os irmãos, como os bens de um casal eram comuns, cada cônjuge possuindo a metade, a não ser que assinassem um acordo de separação de bens total ou parcial antes do casamento. E, uma vez que os bens eram conjuntos, nenhum cônjuge podia comprar, vender ou hipotecar propriedade, ou contrair dívidas, sem a concordância por escrito do outro. Do mesmo modo, embora administrasse o dote da esposa, o marido não podia

legalmente vender ou emprestar nenhuma parte dele sem o consentimento dela registrado em cartório. Enquanto dois terços dos bens de um casal eram aquinhoados por lei aos filhos em partes iguais, a esposa, tal como o marido, tinha liberdade para legar seu terço como bem quisesse. Se o casamento azedava e o casal conseguia uma separação pela Igreja, ainda que sem poder casar de novo enquanto o outro cônjuge vivesse, eles podiam ir a um tribunal civil e dividir igualmente os bens conjugais. Mesmo quando a separação era concedida com base em adultério, a esposa culpada (ou o marido) não era privada de sua parte dos bens.

Ora, a lei garantia os benefícios, mas, sem a cultura escrita, as mulheres ficavam subjugadas aos homens, para a leitura e escrita de seus interesses, provavelmente tinham exceções, mas para a maioria, o domínio e o agenciamento no público ficava a cargo dos homens.

Para Capra (1993) e Therborn (2006), os movimentos de mulheres/feministas no Século XX são dinâmicas que provocaram rupturas em relação a um status quo onde o patriarcalismo dominava.

As entrevistadas para a pesquisa, formadas em Pedagogia, enfrentaram o domínio/poder tradicional ainda imperante na atualidade. Domínio/poder são dois conceitos vinculados. Domínio envolve a esfera do simbólico e do imaginário e poder envolve as esferas da coerção física propriamente. O patriarcado faz parte do tipo de domínio/poder tradicional e resiste com traços, dependendo da situação, mais leves ou mais marcantes em relação às mulheres, em alguns momentos resiste mesmo ao domínio racional-legal, dado como o tipo de domínio moderno. Dentre estes traços do patriarcalismo (THERBORN, 2006, p.30) que emergiram das falas das mulheres entrevistadas pode-se enunciar: a dominação do pai e a dominação do marido na questão do desejo destas mulheres de participarem da cultura letrada, seja nas formas primária, secundária ou universitária. As relações entre marido e mulher demonstraram uma assimetria e indicando uma hierarquia clara onde a “voz” do homem deveria predominar bem como, falta de autonomia das mulheres em relação à mobilidade, decisões, trabalho e estudo.

Os maridos das entrevistadas no decorrer dos anos de formação universitária produziam estratégias (a estratégia cabe ao dominador) de dominação e poder e as mulheres produziam táticas (a tática cabe às dominadas e aos dominados).

Analisando em outros termos, estas mulheres adentraram na cultura letrada em uma Escola que ainda reproduzia/reproduz (BOURDIEU, p. 105) no ensino primário ou médio, características do domínio tradicional e com o aval de um Estado moderno. Somente, após a trajetória no ensino universitário estas mulheres perceberam o emaranhado de suas relações sociais entranhadas de domínio/poder tradicional.

Perceberam, mas tornaram-se agentes no desempenho do papel social como professora na vida pública? Acima escreveu-se que a Princesa Isabel teve a possibilidade de tornar-se uma agente, mas não efetivou-se como tal. Ser agente, para o indivíduo, significa, para Seullell Jr. (citado por BARMAN, 2005, p. 20-1): “ser capaz de certo grau de controle sobre as relações sociais em que está envolvido, coisa que, por sua vez, implica a capacidade de transformar essas relações sociais em certo grau.”.

Em uma sociedade como a ocidental – onde a prerrogativa da autonomia e a função do agente (Idem, p.20) eram/são masculinas, as entrevistadas/professoras que fizeram a

opção por serem ativas/agentes podem significar uma possibilidade de esperança de mudança na relação de gênero e talvez novos acordos para a dinâmica de movimentos sociais vinculados a questão e novas situações para pesquisa.

Referências

- ALBERONI, Francesco. *Gênese*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- ARANHA, Maria L. A. *História da Educação*. 2^a.ed., São Paulo, Moderna, 1996.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BADINTER, Elizabeth. *Rumo equivocado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BARMAN, Rodrick J. *Princesa Isabel no Brasil: gênero e poder no Século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. A Ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Cultrix, 1993 (9. ed.).
- GRAHAM, Sandra Lauderdade. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IANNI, O. *Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memória de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MAYER, Hans. *Historia maldita de la literatura: la mujer, el homosexual, el judío*. Madrid: Taurus, 1977.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Revista Centenário de Ituiutaba. Edição especial. Ano I, n.º 1, 2001.
- THEBORN, Göran. *Sexo e poder*. A Família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

* Membros do NIPESHE (Núcleo Interinstitucional de Pesquisas e Estudos Sócio-Históricos em Educação), recém criado na cidade de Ituiutaba, reunindo professores da UFU (*Campus* do Pontal), da FEIT (Ituiutaba), da UFSC (*Campus* de Florianópolis) e da USP (*Campus* de São Paulo).

¹ Os anos 60 projetaram-se como um período revolucionário, principalmente, por representarem um momento de interseção das tensões decorrentes do veloz processo de transformação nas relações mundiais. Do anticoncepcional e a liberalização sexual que provocaria, passando pela mundialização de Beatles e seu “rock rebelde”, de Che Guevara e a “revolução por todos os oprimidos”, da minissaia da estilista Mary Quant até a chegada do primeiro homem (norte-americano) à Lua, o que predominava era o empenho na reprodução da materialidade técnica. Os inventos tecnológicos aplicados ao dia-a-dia passariam a determinar comportamentos de maneira intensa, transformando significativamente a vida contemporânea. A cidadania, por exemplo, estabelecer-se-ia como um atributo da mercadoria (IANNI, 1992).

² Ituiutaba tem cerca de 100 mil habitantes segundo o último censo. Sua economia é marcada por ciclos baseados no extrativismo, na agricultura e pecuária. No final da década de 30, um trecho do rio Tijuco foi desviado para facilitar o garimpo de ouro e diamante, atraindo garimpeiros para a região. Já nos anos 40-50, a cidade viveria seu ciclo agrícola apoiado no cultivo do arroz e também de algodão, atualmente a cana-de-açúcar predomina. Nesta cidade se montou o maior conjunto industrial rizícola do Brasil Central, para beneficiar arroz produzido no município e em outras regiões do país. Dessa forma, Ituiutaba tornou-se o maior centro produtor de cereais de Minas o que contribuiu para consolidar-se como pólo comercial do Pontal Mineiro.

³ A educação da mulher, não só no Brasil, quase sempre foi organizada com a intenção de “protegê-las” e não gerar nelas autonomia e iniciativa para resolver seus problemas. Normalmente eram tratadas como se fossem incapazes, não podendo tomar nenhuma decisão, dependiam sempre de uma figura masculina como o pai ou o marido. Segundo Aranha (1996), no Brasil, algumas mulheres foram educadas nos conventos fundados entre 1678 a 1685, mas em número bastante limitado e para elas a ênfase era dada no ensino de prendas domésticas e rudimentos de ler e escrever. A primeira escola normal foi fundada em 1846, em São Paulo, mas as mulheres não tiveram acesso a esse curso na sua primeira fase. Somente depois de fechada e reestruturada dezenove anos mais tarde, reabriria oferecendo duas seções, uma para homens e outra para mulheres. As mulheres freqüentavam esse curso buscando melhorar sua formação enquanto aguardavam o casamento. Poucas estavam interessadas em sua formação profissional, mas todas tinham em comum o fato de pertencerem a famílias mais abastadas.

Artigo recebido em: 31/10/2007

Aprovado para publicação em: 25/03/2008